

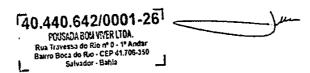
TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO Nº 016/2025

TERMO DE ADESÃO A CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRAL/BA, E POUSADA BOM VIVER LTDA.

Pelo presente Termo de Adesão que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CENTRAL, BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça José de Castro Dourado, nº 22, Centro, Central, inscrita no CNPJ sob Nº. 14.136.816/0001-51, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. JOSÉ WILKER ALENCAR MACIEL, brasileiro, CPF nº 007.313.885-18, RG nº 09.572.283-17 SSP/BA, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominada simplesmente CONTRATANTE e do outro lado, a POUSADA BOM VIVER LTDA, situada à Trav do Rio, 01º andar – Boca do Rio – Salvador - Bahía, inscrito no CNPJ sob nº 40.440.642/0001-26, neste ato representada pela Srº(a) Paulo Henrique Silva Levi, portador da Cédula de identidade nº 4002893 SSP/BA e inscrita no CPF sob nº 609.074.105-10, a seguir denominado CREDENCIADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente TERMO DE ADESÃO, conforme especificações contidas neste instrumento, devidamente autorizado, celebram o presente termo de adesão, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 054/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto do presente termo de Adesão ao chamamento público para Chamamento público para credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem com fornecimento de refeições e transporte para pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde na cidade de Salvador - Ba, conforme normas do tratamento fora do domicílio – TFD, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Central-Ba.



1.21.Os serviços serão prestados de acordo com o detalhamento contido no Termo de Referência que acompanha o presente termo de Adesão, como anexo, juntamente com a cópia da PROPOSTA apresentada pela CREDENCIADA no CREDENCIAMENTO.

13 A execução dos serviços será autorizada mediante a subscrição periódica de Guias de Autorização de Serviço, as quais contemplarao a cota atribuída a cada um dos credenciados, observada a capacidade operacional destes indicada no requerimento de credenciamento o prazo de vigência e o valor total da respectiva autorização.

1-4 A periodicidade da emissão das Guias de Autorização de Serviço será definida pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa em conformidade com a rede de prestadores então existente, assegurada a isonomía entre os prestadores e as rotatividade, excluida a vontade da Administração na determinação da demanda, consoante o Decreto Municipal nº 054/24.

Il-5 É vedada a cessão ou fransferência, total ou parcial do termo de Adesão, bem icomo/sem o assentimento da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa a fusão ou incorporação da contratada, a subcontratação parcial do objeto ou a associação da contratada com outrem, não se responsabilizando o INTERVENIENTE por nênhum

compromisso assumido por aquela com terceiros.

1:6 Os serviços objeto deste credenciamento não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados pela contratada, sob a interra responsabilidade trabalhista, funcional e operacional desta.

(ĈĽÁUSULA, SEGUNDA - DOS PRAZOS), VIGENCIA, PRORROGAÇÃO E DOS UNÍCIO DOS SERVIÇOS

2.1 O Edital de Credenciamento ficará áberto por tempo indeterminado para inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do chamamento, enquanto permanecer o interessa da Administração na execução do objeto.

22. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será indeterminado, contados la partir de sua assinatura, condicionado à manutenção dos requisitos de habilitação, podendo ser denunciado à qualquer tempo pelas partes.

CLAUSULA TERCEIRA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

1



3.1.0 objeto do presente termo será recebido, fase a fase, considerado o cronograma de pagamento.

3.2 Os serviços que, ta critério da COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO, não estejam em conformidade com as condições estabelecidas, serão rejeitados devendo la CREDENCIADA tomar as providências para sanar os problemas constatados, sem que isso venha a se caracterizar como alteração contratual e sem prejuízo da aplicação, pelo INTERVENIENTE, das penalidades previstas contratualmente.

3.3 Caso as falhas não sejam corrigidas dentro do prazo fixado, poderá ser ajuizada a competente ação de perdas e danos sem prejuízo das penalidades previstas.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1.5 O valor global estimado do presente Termo de Adesão será de R\$ 413.760,00 (quatrocentos e treze mil e setecentos e sessenta reais)
- 4.2 Fica expressamente, vedado o pagamento, de qualquer, sobretaxa, em relação à tábela de remuneração adotada, bem como a cobrança direta aos beneficiários de qualquer importância a qualquer título.
- 142 Nos preços fixados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da GREDENCIADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, alugueis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CREDENCIADA das obrigações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

- 5.1 Em consonância com o Decreto Municipal nº 054/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.

 os pagamentos devidos à CREDENCIADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito, em conta corrente, no prazo não superior a 30 (trinta) diasa contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela.
- 5.2. O orgão ou entidade contratante pagará pelo serviço/fornecimento as importâncias fixadas no Edital de Credenciamento.
- 5.3 O preço a ser pago pelo orgão ou entidade, será previamente justificado pela



Administração, após consulta aos preços de mercado, podendo ser alterado somente

após 1 (um) ano de vigência do Edital.

5.4 Os preços praticados nos contratos poderão ser alterados para restabelecer o

equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que demonstrada as situações

que ensejam tal desajuste.

5.5 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso

de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu

efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA-e do IBGE pro rata tempore.

5.6 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir

da sua regularização por parte da CREDENCIADA.

5.7 O Município descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou

atrasos na execução dos serviços ocorridos no mês, com base no valor do preço

vigente.

§1º As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao

recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior

à realização dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos

recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade: 1102, 1201

Atividade: 2050, 2031, 2055

Elemento de despesa: 33903900

Fonte: 1-500-1002, 1-600-0000

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei Federal nº

14.133/21 e Decreto Municipal nº 054/2024.

7.2 - A CREDENCIADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratueis, os

acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco

por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual.

7.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes INTERVENIENTE poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO.

- 8.1. Os serviços, objeto desta contratação, serão acompanhados e fiscalizados por fiscal designado através da Portaria nº PORTARIA Nº 074/2025 823, e suas alterações posteriores.
- 8.1.1. Para o acompanhamento de que trata o subitem anterior, é cometido ao FISCAL DO CONTRATO todas as competências fixadas em através do Decreto Municipal nº 054/2024 cumulada com as obrigações previstas no presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

- 9.1 São obrigações do credenciado:
- I Executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço em conformidade com as especificações básicas constantes do Edital;
- II Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do termo de Credenciamento;
- III Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis assumindo o ônus decorrente;
- IV Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do termo de Credenciamento, todas as condições que ensejaram o Credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;
- V Justificar ao órgão ou entidade contratantes eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços/fornecimentos, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução, quando couber;
- VI Responsabilizar-se integralmente pela execução do Termo de Credenciamento, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço;

 [40.440.642/0001-26]

40.440.642/0001-26

POUSADA BOM VIVER LTDA.

Rua Travessa do Río nº 0 - 1º Andar
Bairro Boca do Río - CEP 41.706-350

Salvador - Bahla

VII - Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com

conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante, quando for o caso;

VIII - Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade demandante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do

cronograma de execução das tarefas, quando for o caso;

IX - Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade, de

modo a não causar transfornos ao andamento normal de seus serviços;

X - Apresentar, quando solicitado, relação completa dos profissionais, indicando os

cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do

tempo alocado e cronograma respectivo, quando for o caso;

XI - Manter as informações e dados do órgão ou entidade em caráter de absoluta

confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para

terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega de todos os

documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do:

trabalho, quando for o caso;

XII - Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que

devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício

das atividades previstas no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 São obrigação da contratante:

I - Exercer a fiscalização da execução do termo de Credenciamento por meio do

Gestor, servidor especialmente designado;

II - Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado

possa cumprir o estabelecido no contrato;

III - Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução

contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado;

IV - Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto

do contrato;

V - Garantir o acesso e a permanência dos técnicos do contratado nas dependências

dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução dos

servicos, objeto do contrato.,



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1171. O não cumprimento de quaisquer das clausulas e condições pactuadas no instrumento contratual ou documento congênere ou a sua inexecução parcial ou total; poderá ensejar na aplicação de penalidade financeira e rescisão contratual; independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme dispõe os artigos 156 da Lei 14/133/2021.

11.2. O credenciado contratado ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo orgão ou entidade contratante, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) Advertencia;

b) Multarmoratória e/ou indenizatória, de acordo com os valores ou percentuais incidentes sobre o valor do serviço, conforme previsão no Edital;

c) Impedimento de contratar com o Municipio/Estado, alravés de seus orgãos e entes, pelo prazo de até dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, serál descontado de pagamento eventualmente devido pelo órgão ou entidade contratante ao credenciado/prestador do serviço ou, ainda, cobrado judicialmente através de executivo fiscal.

11.4. As sanções previstas nas alineas a locale de do § 16 deste artigo podem ser aplicadas cumulativamente ou não a pena de multa.

11.5. As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do § 1º deste artigo também poderão ser aplicadas ao credenciado/prestador, do serviço conforme o caso- que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da contratação ou demonstrar não possuir lidoneidade para contratar com o Municipio/Estado, através de seus orgãos ou entes.

116. As penalidades previstas em linstrumento contratual ou editalicio 40.440.642/0001-26

independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditorio

11.7. Além dos motivos previstos em lei poderão ensejar a rescisão do termo de Credenciamento de prestação de serviço:

- ·I.- Alteração social, contratual ou modificação de finalidade ou estrutura que, a juízo da contratante, prejudique o cumprimento do contrato;
- II Violar o sigilo das informações recebidas para a realização dos serviços:
- III utilizar, emibenefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso, por força de suas atribuições contratuais e outras que contrariarem as condições estabelecidas pelo organo u entidade contratante;
- IV Venha a ser declarado inidôneo ou punido com proibição de licitar com qualquer orgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- V Na hipótese de ser anulado o credenciamento, a adjudicação e a contratação em virtude de ferimento a qualquer dispositivo legal ou normativo ou ainda por força de decisão judicial.
- VI = O desempenho insatisfatorio na execução do serviço contratado.
- 11.8. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato de rescisão do contrato, à autoridade máxima do orgão ou entidade contratante, salvo quando for decorrente de comprimento de ordem fudicial.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante com ajuda técnica da Comissão de Credenciamento, segundo as disposições contidas nos termos da Lei Federal 14/133/21 e Decreto Municipal nº 054/2024, e demais normas regentes da matéria e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8:078; de 1990 - Codigo de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA = DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E

13:1:0 presente Termo de Adesão tem embasamento legal nos termos da Lei Federal.

14:133/21 e Decreto Municipal nº 054/2024 com as alterações posteriores:



POUSADA BOM YNER LIBA ... Rus Travestà de Rio nº 0.11 Ander ... Rairo Bota do Rio CER 41706-350 ... Sanger ... Bafia; Sanger ... Bafia;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ANEXOS

14.1 São anexos do presente Instrumento Contratual:

- a) o Termo de Referência extraído do Edital de Credenciamento 016/2025;
- b) a Proposta Comercial da CREDENCIADA, oferecida no Credenciamento 016/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Central/BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente Instrumento Contratual, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

CENTRAL/BA, 16 de setembro de 2025.

JOSÉ WILKE LENGAR MACIEL

MUNICÍPIO DE CENTRAL/BA

(CONTRATANTE)

i0.440.542/00**01-**26⁷

PCISADE BONNIVER LIDAL Rus Trades and Rio 1919 - 19 Annai Bonna Bonnie Ros CERTAN 186 - 150

POUSADA BOM VIVER LTDA

(CREDENCIADA)

Testemunhas:

1. Daniel Perein moud

CPF: 05107479570

2. ARAV

CPE 860404085-45